ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos 24 dias do mês de março de 2017, às 09h00min, no Auditório do Departamento de Obras e Rodagens - DER localizado na Av. Duarte da Silveira, S/N, Torre, João Pessoa – PB, realizou-se a **39ª Reunião Ordinária do CERH.** Na ausência do Presidente do CERH, Sr. João Azevedo Lins Filho, a reunião foi conduzida pelo Sr. João Fernandes da Silva, Secretário Executivo deste Conselho, que agradeceu a presença de todos. A Reunião contou com a presença dos seguintes Conselheiros: Demilson Lemos de Araújo (Suplente **SEDAP**), João Carlos de Miranda e Silva (Suplente **SUDEMA**), Emanoel Lira (Suplente **SES**), Andrea Lira Cartaxo (Suplente **AESA**), José Marinho de Lima (Titular **EMATER**), Maria de Lourdes B. de Sousa (Titular **DNOCS**), Ronilson José da Paz (Titular **IBAMA**), Leonardo Leite Brasil Montenegro (Titular **CAGEPA**), Laudízio da Silva Diniz (Suplente **CAGEPA**), Janiro Costa Rego (Titular **UFCG**), José Etham de Lucena Barbosa (Titular **UEPB**), Jaqueline Pequeno da Silva (Suplente **ABES**), Mirella Leôncio Motta e Costa (Titular **CBH-LN**), Silene Lima Dourado Ximenes Santos (Suplente **CBH-LS**). Os Conselheiros Alain Marie Passerat de Silans (Titular **ABRH**), José Reinolds Cardoso Melo (Titular **ABES**), Ulysmar Curvelo (Titular **CBH-PB**), Maria Edelcides de Vasconcelos (Suplente **ABRH**), Hermano Oliveira Rolim (Titular **CBH-PPA**), Maria de Lourdes Santana do S. e Araújo (Suplente **CBH-PPA**) justificaram as ausências na Reunião. Também estiveram presentes os senhores Maria Célia da Nóbrega (AESA), Ailton Mendes de Souza (AESA), Diego Magno T. da Silva (AESA), Joacy Mendes da Nóbrega (AESA), Lovania Maria Werlang (AESA). Após a verificação de quórum às 09h30min, o Sr. João Fernandes iniciou a reunião convidando o Sr. Demilson Lemos de Araújo (Suplente **SEDAP**) para secretariar a reunião, em seguida deu as boas vindas aos presentes, justificou a ausência do Presidente do CERH, Sr. João Azevedo e continuando, fez a leitura da **Pauta** da reunião: **1)** Leitura e aprovação da Ata da 38ª Reunião Ordinária; **2)** Apresentação do Plano de Acompanhamento e Manutenção da Recepção das Águas da Transposição do Rio São Francisco no Eixo Leste do Estado da Paraíba – João Fernandes; **3)** Apresentação do Relatório do PROGESTÃO para Certificação do Ano 5; Informes finais e encerramento. Dando seguimento à reunião o Sr. João Fernandes solicitou que o Secretário da Mesa Sr. Demilson Lemos de Araújo lesse a Ata da 38ª Reunião Ordinária quando o conselheiro Ronilson José da Paz, titular do IBAMA falou que era dispensável a leitura já que a minuta da Ata havia sido enviada a todos os Conselheiros, juntamente com o Convite para a reunião, passando-se, então, para a discussão dos fatos relatados na Ata e votação de sua aprovação. Não houve contestação e a Ata da 38ª Reunião Ordinária foi aprovada com abstenção do conselheiro Janiro Costa Rego, que alegou não ter analisado a Ata. O conselheiro Ronilson José da Paz, titular do IBAMA solicitou a inversão da Pauta, pleito aprovado pelos demais conselheiros. Dando continuidade à reunião, o Sr. João Fernandes convidou a Senhora Lovania Werlang para fazer a apresentação do Relatório do PROGESTÃO 2016 - 5º Período de Certificação do Estado da Paraíba, com vistas à aprovação pelo CERH. Lovania agradeceu a presença de todos e explicou que apresentaria as Metas de Fortalecimento da Gestão Estadual que são certificadas pelo CERH e que as Metas Federativas que são certificadas pela ANA podem ser encontradas em todos os Relatórios do Progestão no site da AESA: www.aesa.pb.gov.br. A

seguir iniciou a apresentação das Metas de Fortalecimento da Gestão Estadual, divididas em: 1- Variáveis Legais, Institucionais e de Articulação Social; 2- Variáveis de Planejamento; 3- Variáveis de Informação e Suporte e 4- Variáveis Operacionais. As variáveis foram apresentadas uma a uma, como segue: 1 - Variáveis Legais, Institucionais e de Articulação Social: Em 2016 não teve nenhum desafio, pois as metas já foram cumpridas no primeiro ano de certificação. Meta 1.1- Organização Institucional do Modelo de Gestão: Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba – AESA, criada pela Lei nº 7.779 de 07 de julho de 2005, é uma entidade da Administração Pública Indireta, dotada de personalidade jurídica de direito público, sob a forma de autarquia, com autonomia administrativa e financeira, sede e foro na Capital, jurisdição em todo o território do Estado da Paraíba – status: Meta alcançada; Meta 1.2 - Organismo(s) Coordenador /Gestor: - Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba - AESA é o órgão gestor de Recursos Hídricos no Estado da Paraíba. - Superintendência de Administração do Meio Ambiente – SUDEMA é o órgão ambiental do Estado da Paraíba. - Companhia de Água e Esgoto – CAGEPA é responsável pela distribuição e tratamento de água no Estado – status: Meta alcançada; Meta 1.3 - Arcabouço Legal: No Estado existe um arcabouço institucional completo, devendo somente ser atualizado - status: Meta alcançada; Meta 1.4 - Conselho Estadual de Recursos Hídricos: O Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH, na Paraíba, foi criado em setembro de 1996 (Lei N° 6.308) – status: Meta alcançada; Meta 1.5 - Comitês de Bacias e Organismos Colegiados: A Paraíba é dividida em 11 (onze) Bacias Hidrográficas, das quais 6 (seis) são bacias estaduais e, através dos Decretos 27.560, 27.561 e 27.562 de 04 de setembro de 2006 foram instituídos três Comitês, contemplando todas as bacias hidrográficas estaduais. Tem também o Comitê das Bacias Hidrográficas do Piancó-Piranhas-Açu – PPA (bacia federal), portanto no Estado da Paraíba não tem nenhuma bacia hidrográfica sem Comitê. As informações sobre os comitês estão disponíveis no Site http://www.aesa.pb.gov.br/comites – status: Meta alcançada; Meta 1.6 - Comunicação Social e Difusão: existem ações de comunicação que na sua maioria estão vinculadas as ações do Sistema Estadual de Recursos Hídricos - SERH (AESA e CBHs). Todas as ações são divulgadas através dos sites: http://www.aesa.pb.gov.br/, http://www.aguasdaparaiba.com.br/ e http://www.cbhpiancopiranhasacu.org.br/site/ – status: Meta alcançada; Meta 1.7 – Capacitação Setorial: Foi elaborado juntamente com a ANA um planejamento de capacitação inserido no Projeto Água disponibilizado através do site www.aguaegestão.org.br, Capacitação Técnica em 2015/2016 – DesenvolveRH, através da Fundação Don Cabral, para técnicos dos Órgãos Gestores – status: Meta alcançada. Continuando, Lovania passou a apresentar as Variáveis de Planejamento: Meta 2.1 – Balanço Hídrico: Atualização do Sistema de Informação – funcionalidades específicas para realizar de forma automática – status: Meta alcançada; Meta 2.2 - Divisão de Bacias Hidrográficas: a divisão hidrográfica em forma de mapas com as respectivas formalizações pelos órgãos estaduais Rios/Riachos – Base na escala 1:100.000 – status: Meta alcançada; Meta 2.3 - Planejamento Estratégico Institucional: o Planejamento Estratégico (com horizonte 2016 a 2019) é o instrumento de planejando de todas as instituições estaduais. Está em elaboração – status: Meta alcançada; Meta 2.4 - Plano Estadual de Recursos Hídricos: atualização do Plano Estadual de Recursos Hídricos - foi firmado Convênio com o Ministério do Meio Ambiente MMA/SRHU e registrado no SICONV, para atualização do PERH. O Sr. João Fernandes pediu a

palavra para explicar que a licitação foi suspensa porque algumas empresas impugnaram o Edital da Licitação e questionaram alguns itens do Termo de Referência – TDR. Falou que o TDR foi elaborado pela AESA juntamente com a ANA e o MMA. Seguiu explicando que na próxima segunda-feira, dia 27 de março, haverá uma reunião com o senhor Alain de Silans para análise dos questionamentos recebidos, das sugestões do MMA, da ANA e do próprio Alain para reformulação do TDR. A conselheira Maria de Lourdes B. de Sousa (Titular DNOCS) falou que em nenhum momento o CERH foi consultado e como o TDR será reformulado seria muito interessante que os conselheiros recebessem uma cópia do TDR para análise e apresentação de sugestões. A conselheira Mirella Leôncio Motta e Costa (Titular do CBH-LN) reforçou a solicitação da conselheira Lourdes. Continuando, Lovania falou que o Projeto está em fase de ajustes para licitar – status: Meta alcançada; Meta 2.5 - Planos de Bacias: as bacias hidrográficas dos Rios Paraíba e Gramame têm Planos; a bacia do Rio Mamanguape está com o Termo de Referência pronto; precisamos elaborar os Planos das Bacias do Camaratuba, do Miriri e do Abiaí. Portanto será necessário atualizar dois TDR e elaborar três TDR, explicou que o processo para a contratação de técnico para elaboração/atualização desses TDRs está com o setor Jurídico da AESA. – status: Meta alcançada; 2.6 - Estudos Especiais de Gestão – Existe uma série de estudos, outros em projetos em diversos sítios com links: http://www.mma.gov.br/fundoclima, http://www.aesa.pb.gov.br e http://www.ufpb.br – status: Meta alcançada. A seguir foram apresentadas as Variáveis de Informação e Suporte: Meta 3.1 - Base Cartográfica: O Estado possui uma base de dados satisfatória. A AESA tem um setor do Geoprocessamento responsável pela produção e disponibilização de dados geográficos georreferenciados. Esses dados subsidiam a própria AESA, como também, a sociedade de modo geral. O Link de acesso da base digital em formato vetorial (shapefile, DWG e KMZ) e raster (TIFF) para a gestão de recursos hídricos é: http://www.aesa.pb.gov.br/geoprocessamento/geoportal/index.php. Além dessa base digital, estão disponíveis vários mapas para download em formato PDF – status: Meta alcançada; Meta 3.2 - Cadastros de Usuários e Infraestrutura: Constam no Sistema de Informação interno da AESA, em torno de 5.335 cadastros de usuários de água bruta sincronizados com a ANA – status: Meta alcançada; Meta 3.3 – Monitoramento Hidrometeorológico: existe uma rede hidrometeorológica, tanto para fins de planejamento na gestão de recursos hídricos como para fins de alertas de eventos críticos. Na rede oficial da AESA existem 446 estações de monitoramento hidrometeorológico, sendo: Rede Convencional com 387 entre postos linimétricos e postos pluviométricos e Rede Automática com 59 entre estações hidrológicas, estações agrometeorológicas e estações pluviométricas – status: Meta alcançada; Meta 3.4 – Monitoramento da Qualidade da Água: Termo de Parceria ANA/AESA. Está sob coordenação da AESA – status: Meta alcançada/monitoramento contínuo; Meta 3.5 - Sistema de Informações – Contratação através de convênio com o Parque Tecnológico. Alguns módulos já foram desenvolvidos e estão em fase de teste, outros módulos estão em desenvolvimento – status: Meta alcançada e em fase de atualização. Prosseguindo foram apresentadas as Variáveis Operacionais: Meta 4.1 - Outorga de Direito de Uso: a AESA emite outorga de direto de usos múltiplos de recursos hídricos, bem como de lançamento de efluentes – status: Meta alcançada; Meta 4.2 – Fiscalização: a AESA conta com a Gerência de Fiscalização atuando e orientando a fiscalização em todo o Estado. As ações de fiscalização são realizadas com o

apoio das gerências regionais, todas com atribuições de emissão de multas, conforme o Manual de Fiscalização da AESA – status: Meta alcançada; Meta 4.3 – Cobrança: A cobrança pelo uso de água bruta foi implementada em julho de 2015. Em 2015 foram arrecadados R$ 408.643,84, em 2016 foram arrecadados R$ 735.844,31 somadas todas as bacias (anexo I) – status: Meta alcançada; Meta 4.4 - Sustentabilidade Financeira do Sistema de Gestão: a AESA conta com fontes de recursos oficiais e de arrecadação própria (Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FERH) e o próprio PROGESTÃO – status: Meta alcançada; Meta 4.5 - Infraestrutura Hídrica: em 2010 foi instituída a Política Nacional de Segurança de Barragem. Em 2016, para atender a lei 12.334/2010 foram feitas as adequações necessárias: - Estabelecer a periodicidade de atualização, a qualificação do responsável técnico, o conteúdo mínimo e o nível de detalhamento do Plano de Segurança de Barragem e da Revisão Periódica de Segurança de Barragem, conforme Art. 8°, 10 e 19 da Lei n° 12.334/10. Foi encaminhado para publicação em 25/11/2016 e publicado no Diário Oficial do Estado – DOE do dia 06/01/2017 – status: Meta alcançada; Meta 4.6 - Gestão e Controle de Eventos Críticos: a estrutura de monitoramento de eventos críticos, instalada no Centro de Gestão de Situações Críticas subsidia a tomada de decisões por parte dos órgãos gestores, seja ele na esfera federal, estadual ou municipal. Informações no link: http://www.aesa.pb.gov.br/meteoro/mapa_hidrografico_pb/index.html. Foi apresentada a Planilha de Transmissão de Dados para conhecimento dos conselheiros - status: Meta alcançada; Meta 4.7 - Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FERH: o Estado conta com o Fundo Estadual regulamentado pelo Decreto 31.215, de 30 de abril de 2010. Em 2016 foram disponibilizados R$ 42.200,00 para o FERH, porém só foram liberados R$ 14.381,04, o restante ficou retido – status: Meta alcançada. A seguir, Lovania apresentou a planilha Recursos do Progestão, para o período 2013 a 2016, demonstrando os valores recebidos, os rendimentos, as despesas e os saldos referentes a cada ano e os valores totais do período. Finalizada a apresentação do Relatório do PROGESTÃO ano 5, Lovania agradeceu a todos e se colocou a disposição para maiores esclarecimentos. O conselheiro Janiro Costa Rego (Titular UFCG) perguntou qual a origem do valor apresentado na Meta 4.7 - Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FERH. O Sr. João Fernandes explicou que são recursos do CFEM. Falou que sempre se confundiu o custeio da AESA com os recursos do FERH, mas que já estão sendo feitos os ajustes junto à Secretaria de Finanças. Deve ficar claro que os recursos destinados ao FERH sejam depositados na conta específica do FERH. A conselheira Maria de Lourdes B. de Sousa (Titular DNOCS) perguntou por que os recursos do Progestão não estão sendo gastos, se já vem com uma finalidade. E continuou questionando por que temos um valor tão alto em caixa? A conselheira Silene Lima Dourado Ximenes Santos (Suplente CBH-LS) perguntou se os TDR dos Planos de Bacias serão pagos pelos Comitês ou pelo Progestão. Lovania explicou que os recursos do Progestão são para o fortalecimento do Órgão Gestor, que os Planos de Bacias estão na apresentação porque é meta do Progestão. A conselheira Silene Lima Dourado Ximenes Santos (Suplente CBH-LS) perguntou se existe um planejamento para gastar esses recursos. O Sr. João Fernandes respondeu que uma parte desses recursos está sendo utilizada para pagar o Sistema de Informações e para o restante ainda será dada uma destinação correta. Continuou falando que a AESA conta atualmente, com 53 funcionários entre comissionados e à disposição, portanto, está com o quadro de

pessoal defasado e, como não consegue fazer o concurso, está aguardando definição do Estado com referência à contratação de pessoal terceirizado, que poderia ser pago com os recursos do Progestão. O conselheiro Laudízio da Silva Diniz (Suplente CAGEPA) falou que a AESA sempre teve carência de pessoal, principalmente na outorga e na fiscalização, e perguntou se não seria possível a contratação de pessoal terceirizado, agora com a Lei da Terceirização. O Sr. João Fernandes explicou que havia um estudo junto ao Banco Mundial, para a elaboração de um Plano de Segurança Hídrica, que englobava a reestruturação da AESA, porém o Governo Federal desautorizou a captação de recursos no exterior. Continuou dizendo que, atualmente, o grande desafio da AESA é gerir as águas da transposição, pois não tem pessoal suficiente para isso. A conselheira Silene Lima Dourado Ximenes Santos (Suplente CBH-LS) falou que visualiza um momento impar para o CERH, pois estamos discutindo as possíveis formas de melhor utilizar os recursos do Progestão e o CERH poderia ajudar a organizar esse planejamento. O conselheiro Leonardo Leite Brasil Montenegro (Titular CAGEPA) falou que com relação à fiscalização a AESA deveria fazer parceria com a CAGEPA, a SUDEMA, a Polícia Ambiental, a EMATER, que tem funcionários acostumados a trabalhar no campo e podem ajudar a AESA. Continuou falando que é fundamental que se faça fiscalização mais forte, não só da outorga, mas de todos os usos, pois existem muitos barramentos irregulares, como por exemplo, no riacho Tibirizinho em Santa Rita, que tem vários barramentos para lazer e se houvesse uma parceria entre os órgãos, esse tipo de irregularidade poderia ser autuado por funcionários que fiscalizam esses locais para outros fins. O Sr. João Fernandes falou que a fiscalização é essencial, principalmente agora com as águas da transposição chegando ao Estado é necessária a participação de todos os órgãos como SEIRHMACT, SUDEMA, CAGEPA, Polícia Ambiental, que podem ajudar a AESA na fiscalização. Seguiu falando que a Paraíba é um Estado com constante escassez de água, então quando a população vê a água enchendo os mananciais quer usar para tudo, porém, neste primeiro momento só será permitida a utilização das águas da transposição para abastecimento humano e dessedentação animal. Seguiu falando que está estudando a contratação de mão de obra terceirizada, porém, como isso se enquadra como despesa de pessoal o Estado não aprova, pois tem que cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal. O conselheiro Laudízio da Silva Diniz (Suplente CAGEPA) sugeriu que para ajudar a AESA fosse criada uma rede de fiscalização, contando, inclusive com a população, que poderia fiscalizar o mau uso das águas fazendo denúncias, enviando fotos para comprovar o fato e solicitou que fosse verificado se o novo Sistema de Informações comporta esse tipo de coisa. O Sr. Joacy Mendes da Nóbrega (diretor da AESA) falou que os Comitês também têm o papel de fiscalizar as ações nas bacias hidrográficas e que podem ajudar a AESA na fiscalização dos usos dos recursos hídricos, principalmente nas bacias hidrográficas onde atuam, continuando, esclareceu que o novo Sistema de Informações terá condições de receber informações de terceiros. O conselheiro José Marinho de Lima (Titular EMATER) perguntou se as pendências do Progestão levantadas pela ANA haviam sido corrigidas. Lovania respondeu que as pendências foram sanadas, que os questionamentos feitos pela ANA foram referentes às Metas Federativas e que alguns dos problemas ocorreram porque a própria ANA deixou Estações paradas por falta de manutenção, porém, atualmente todas as Estações estão integradas e sintonizadas com a Sala de Situação. O Sr. João Fernandes falou que hoje de

manhã recebeu um telefonema do diretor Porfírio Loureiro, solicitando que fosse designado um fiscal para acompanhar a chegada das águas da transposição em Camalau. Falou que respondeu que não havia problema e que iria solicitar ajuda da EMATER e da CAGEPA, que já colaboram com a AESA nas leituras dos pluviômetros, nas Estações de Monitoramento Hidrometeorológico, embora, às vezes, demorem 5, 6 dias para enviarem as informações, o que é inadmissível, já que atualmente todo mundo tem um celular e as informações podem ser passadas por WhatsApp. O conselheiro José Marinho de Lima solicitou que essa reclamação do Sr. João Fernandes constasse em Ata, para ter um documento oficial para apresentar a direção da EMATER. A conselheira Mirella Leôncio Motta e Costa (Titular do CBH-LN) comentou que desde que a AESA foi criada, em 2005, que se promete a realização de concurso e agora a AESA está numa situação insustentável, pois não tem funcionário suficiente para atender a demanda por fiscalização nem para analisar outorga, por exemplo. Continuou dizendo que se 70% das outorgas estão vencidas é porque o quadro de pessoal é insuficiente para fazer o trabalho. O Sr. João Fernandes falou que existe um equivoco nesse sentido, enfatizou que é preciso se fazer a reestruturação legal e institucional da AESA, pois toda a legislação da AESA precisa ser atualizada e comentou que atualmente as outorgas são concedidas por apenas um ano quando poderiam ser concedidas por até trinta e cinco anos. Por que não aumentar o prazo de concessão? Continuou dizendo que a maioria dos solicitantes pede outorga para comprovar a regularidade junto aos bancos, nos pedidos de empréstimos para seus empreendimentos e finalizou dizendo que a maioria das outorgas vencidas não foram renovadas por causa da crise hídrica, como a AESA pode conceder outorga onde não tem água?. A conselheira Mirella Leôncio Motta e Costa falou que gostaria que o CERH, que está representando todos os setores do Estado, se manifestasse de alguma forma em relação à situação da AESA. A conselheira Jaqueline Pequeno da Silva (Suplente ABES) falou que diante de tudo que foi dito fica o sentimento que a AESA precisa de planejamento e sugeriu que uma parte dos recursos do Progestão fosse destinada a construção de um Planejamento Estratégico, englobando as maiores dificuldades da AESA, como fiscalização, monitoramento de bacias hidrográficas, outorga, por exemplo. Nesse planejamento deve constar: o que a AESA precisa fazer, como deve fazer, por que fazer, quem irá fazer, de quantos funcionários irá necessitar para gerir os recursos hídricos do Estado etc. Assim, com tudo posto no papel se terá argumentos para tratar com o Governo Estadual/Federal. Continuou dizendo que se a AESA tiver dificuldade para fazer esse planejamento, pode contratar uma empresa especializada, pois os recursos para isso existem. O Sr. João Fernandes falou que o problema não é simplesmente gastar os recursos do Progestão, o problema é a necessidade da reestruturação de AESA, do ponto de vista institucional e legal, que toda a legislação da AESA precisa ser revista e atualizada, pois estamos fazendo gestão de crise. Continuou falando que a contribuição do CERH é muito bem vinda e que não adianta ficar falando no assunto nas reuniões e não se tomar nenhuma providência, e que, como já expôs anteriormente, não poderemos mais contar com o Banco Mundial, é preciso ter uma nova alternativa para reestruturar a AESA. O conselheiro Janiro Costa Rego (Titular UFCG) falou que apesar dos problemas apresentados necessitarem de solução urgente, eles também dão ensejo a divagações e manifestou sua preocupação sobre a atualização do Plano Estadual de Recursos Hídricos – PERH e sobre os Planos de Bacias, falou

que tanto o TDR do PERH quanto os TDRs dos Planos de Bacias devem ser muito bem detalhados e apresentados ao CERH para discussão e apresentação de sugestões antes de ser finalizados. Continuou falando que os Planos são balizadores da Gestão de Recursos Hídricos do Estado, então é preciso que na elaboração dos TDRs se criem mecanismos de acompanhamento técnico. Também é necessário deixar bem claro que as empresas que forem elaborar os Planos devem conhecer bem o Estado, principalmente o semi-árido. Seguiu falando que os Planos devem ser bem elaborados, bem executados e seguidos. Questionou se as Bacias que estão com os Planos atualizados, estão colocando o Plano em prática, se estão seguindo as diretrizes. Continuou falando que outra grande preocupação é com os Comitês de Bacias, que tem muitas dificuldades logísticas e financeiras e, com isso, suas atuações ficam comprometidas. Seguiu falando que os Comitês precisam ter condições financeiras para se reunirem, se fortalecerem e terem uma atuação eficiente. O Sr. João Fernandes falou que gostaria que os Comitês, as Universidades e o CERH participassem mais da gestão dos recursos hídricos do Estado, a fim de fortalecer a AESA. O conselheiro Janiro Costa Rego falou que é preciso a AESA procurar os Comitês e ajudá-los, que no orçamento do Progestão deveria ter um item para os Comitês. O Sr. João Fernandes informou que já foi assinado o Termo de Adesão ao PROCOMITÊS. A conselheira Mirella Leôncio Motta e Costa falou que a AESA funciona como a Agência de Bacia dos Comitês. O Sr. João Fernandes falou que a AESA não quer interferir nos Comitês e sim apoiá-los. A conselheira Maria de Lourdes B. de Sousa (Titular DNOCS) falou que é preciso ter clareza que não podemos ter, ainda, uma Agência de Bacia porque o Estado não suportaria, então é preciso que a AESA faça o papel de Agência de Bacia. O Sr. João Fernandes falou que a AESA funciona como secretaria dos Comitês e está exercendo muito bem esse papel. O conselheiro Laudízio da Silva Diniz (Suplente CAGEPA) falou que a preocupação do CERH é que a AESA está com carência de pessoal e está com recursos do Progestão em caixa, então por que não usar esses recursos para contratar pessoal? O Sr. João Fernandes propôs a realização de uma Reunião Extraordinária, onde esses assuntos que não constam na Pauta da 39ª Reunião fossem discutidos, bem como outros assuntos pendentes ou sugeridos pelos Conselheiros. Após os esclarecimentos das dúvidas o Sr. João Fernandes colocou a aprovação do Relatório do PROGESTÃO ano 5 em votação. Não havendo ressalvas por parte dos Conselheiros, o Relatório foi considerado aprovado por unanimidade. A reunião prosseguiu com o Senhor João Fernandes apresentando o Plano de Acompanhamento e Manutenção da Recepção das Águas da Transposição do Rio São Francisco. Falou que o Projeto de Integração do Rio São Francisco é composto pelos eixos Leste e Norte, com 477 km de extensão, e que já foram feitas diversas visitas técnicas para o acompanhamento das obras. Continuando, o Senhor João Fernandes explicou que o eixo Leste, com 217 km é composto por seis estações de bombeamento, cinco aquedutos, um túnel, uma adutora e doze reservatórios, entre os municípios de Floresta, em Pernambuco e Monteiro, na Paraíba e que irá ampliar a oferta hídrica e garantir o abastecimento de cerca de 4,5 milhões de pessoas. Falou que no dia 09 de março as águas chegaram à Paraíba e no dia 10 de março as obras foram inauguradas com o acionamento da comporta em Monteiro, pelo Presidente da República, iniciando, assim, a entrada das águas da transposição no Estado. O percurso das águas entre Monteiro e o açude Epitácio Pessoa está sendo monitorado pelo Governo do Estado através de técnicos da AESA, da CAGEPA, da SUDEMA, da Defesa Civil e

da Polícia Ambiental, que estão orientando os moradores ribeirinhos sobre a importância de permitir o fluxo normal do rio Paraíba, sem barramentos, e denunciar eventuais irregularidades. A previsão é que as águas cheguem à bacia do Boqueirão dentro de 30/45 dias, podendo até chegar antes, dependendo da vazão e também de chuvas. Continuando, o senhor João Fernandes explicou que até que a situação do açude Epitácio Pessoa (Boqueirão) esteja normalizada, as águas serão utilizadas apenas para consumo humano e animal. Prosseguindo, explicou que os técnicos da AESA também estão cadastrando os usuários de água bruta e instalando Plataformas de Coleta de Dados – PCD, que são plataformas eletrônicas, obtidas em parceria com a ANA, que serão instaladas no curso do rio Paraíba para acompanhar a vazão das águas. Esses equipamentos permitirão o monitoramento em tempo real, a partir da Sala de Situação, instalada na AESA de Campina Grande. O conselheiro Janiro Costa Rego (Titular UFCG) perguntou sobre os problemas que estão ocorrendo, como desmoronamento de parede de açude, falta de limpeza no caminho das águas, poços abertos no leito do rio Paraíba que não foram tampados. O Sr. João Fernandes falou que realmente aconteceram problemas e que outros ainda poderão acontecer, porém que eles estão sendo sanados. Continuou falando que como a AESA não faz obras, sempre solicita a colaboração de outros órgãos. A conselheira Maria de Lourdes B. de Sousa (Titular DNOCS) ressaltou o trabalho do DNOCS e esclareceu que as obras foram bem realizadas, porém é necessário encher os mananciais para ver se tudo está funcionando direito, sem vazamentos. Continuou falando que os engenheiros e técnicos do DNOCS são comprometidos com o trabalho e que seria interessante que eles fizessem uma apresentação para o CERH, mostrando todo o trabalho realizado nas obras da transposição. O Sr. João Fernandes falou que a AESA está fazendo seu trabalho na gestão das águas com dificuldade, por falta de pessoal e que está alocando os meios do Governo do Estado para complementar a intervenção da AESA, entretanto, com a estrutura da AESA não será possível fazer muita coisa, é necessário se fazer a reestruturação da AESA, com a dimensão da realidade de hoje. Continuou dizendo que tem recebido muitas críticas ao trabalho da AESA, porém o Plano Estadual de Recursos Hídricos, por exemplo, nunca foi seguido por ninguém, nem sequer pela Secretaria de Recursos Hídricos, as obras são realizadas sem se levar em conta o PERH. A conselheira Maria de Lourdes B. de Sousa (Titular DNOCS) falou que por esse motivo o Conselho Estadual de Recursos Hídricos quer participar da elaboração do TDR para atualização do Plano e que deveria ter uma Câmara Técnica para acompanhar todo o trabalho. Continuou falando que o Dr. João Azevedo é o único presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos que nunca participou de nenhuma reunião do CERH, todos sabem que ele é uma pessoa muito ocupada, porém como ele está à frente da Secretaria de Recursos Hídricos, seria muito interessante que ele participasse de algumas reuniões, mesmo que por pouco tempo, e colocasse o CERH a par dos trabalhos desenvolvidos no Estado, no âmbito dos recursos hídricos e da infraestrutura. A conselheira Andrea Lira Cartaxo (Suplente AESA) falou que na AESA deveria ter uma gerência de Planos e Programas, que ficaria encarregada do planejamento estratégico, dos planos que já estão elaborados, dos que estão em elaboração e dos que precisam ser elaborados. Essa gerência também direcionaria a elaboração dos TDR para os técnicos que tivessem condições de elaborá-los. A conselheira Mirella Leôncio Motta e Costa (Titular do CBH-LN) perguntou sobre a estratégia que a AESA está adotando para os usuários de água bruta que estão

inadimplentes em relação à Cobrança. O Sr. João Fernandes falou que inicialmente, precisamos consertar a administração dos recursos da Cobrança, que, como já foi exposto em várias ocasiões, não estão sendo depositados na conta da Cobrança. Também é necessária uma alteração na legislação referente à outorga, pois atualmente só se concede outorga por um ano, quando poderia ser concedida por 10 anos ou mais. Quanto a CAGEPA, a AESA tem pressionado a diretoria para pagar sua dívida, porém, como a CAGEPA também está gerindo crise e está fazendo obras essenciais com recursos próprios, não está com condições de pagar e a AESA foi orientada a não pressioná-la neste momento. A conselheira Silene Lima Dourado Ximenes Santos (Suplente CBH-LS) falou que como representante do Comitê do Litoral Sul gostaria de expor três demandas para que o CERH se manifestasse e deliberasse se possível, ainda nesta reunião: 1) Sobre a cobrança da dívida da CAGEPA; 2) Sobre o planejamento para utilização dos recursos do Progestão; 3) Sobre a participação do CERH na elaboração do TDR do PERH. A conselheira Maria de Lourdes B. de Sousa (Titular DNOCS) apoiou as demandas e falou que as Câmaras Técnicas do CERH também precisam participar da elaboração do TDR e acompanhar os trabalhos de atualização do Plano. Enfatizou sua posição de que o TDR fosse enviado aos conselheiros. O Senhor João Fernandes perguntou se o TDR deveria ser enviado a uma Câmara Técnica, a uma Comissão ou a todos os Conselheiros. A conselheira Mirella Leôncio Motta e Costa (Titular do CBH-LN) falou que o TDR deveria ser enviado para todos os conselheiros. O Senhor João Fernandes instruiu a assessora técnica da AESA, Senhora Maria Itaci Leal, a enviar o TDR para todos os conselheiros titulares e suplentes, solicitando a colaboração na sua elaboração /ajustes e dando prazo para o recebimento das colaborações. O conselheiro Ronilson José da Paz (Titular do IBAMA) falou que com relação à fiscalização das águas da transposição, o IBAMA pode ser solicitado a colaborar. O conselheiro Janiro Costa Rego (Titular UFCG) solicitou que fossem passadas mais informações sobre a transposição, como por exemplo, a previsão da liberação do uso das águas para outros fins, as obras planejadas pelo governo estadual para uma melhor distribuição e armazenamento das águas etc. O Senhor João Fernandes falou que discorreu sobre o que estava previsto na pauta da reunião, que era a apresentação do plano de acompanhamento e manutenção da recepção das águas da transposição do Rio São Francisco no Eixo Leste, porém poderia marcar uma reunião para uma discussão mais abrangente. O conselheiro Janiro Costa Rego manifestou sua preocupação com os problemas que estão ocorrendo, que poderão atrasar a chegada das águas em Boqueirão, falou que foi feito um esforço altamente louvável pelos Governos Federal e Estadual, porém as obras não podem parar e também precisam ser concluídas as obras do Eixo Norte. Esgotado o debate, o Secretário Executivo do CERH agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a 39ª Reunião Ordinária da CERH. Esta Ata foi lavrada por mim, Maria Itaci Costa Leal, e segue para a assinatura de todos os Conselheiros presentes à Reunião.

João Azevedo Lins Filho Presidente do CERH	**João Fernandes da Silva** Secretário Executivo do CERH

Titular SEPLAG	**Ricardo Lavor Cavalcanti** Suplente SEPLAG
Rômulo Araújo Montenegro Titular SEDAP	**Demilson Lemos de Araújo** Suplente SEDAP
Titular SEIE	Suplente SEIE
Geraldo Moreira de Araújo Titular SES	**Emanoel Lira** Suplente SES
Porfírio Catão Cartaxo Loureiro Titular AESA	**Andrea Lira Cartaxo** Suplente AESA
João Vicente Machado Sobrinho Titular SUDEMA	**João Carlos de Miranda e Silva** Suplente SUDEMA
Márcio Fernando Ducat Titular AGEVISA	**Osvaldo José Guerra Guimarães** Suplente AGEVISA
José Marinho de Lima Titular EMATER	**Alexandre Alfredo Soares da Silva** Suplente EMATER
Titular CDRM	Suplente CDRM
Maria de Lourdes B. de Sousa Titular DNOCS	**Danilo Augusto Santos de Sousa** Suplente DNOCS
Ronilson José da Paz Titular IBAMA	**Rodrigo Dutra Escarião** Suplente IBAMA
João Bosco Vieira Marinho Titular FAMUP	**Anderson Pereira Urtiga** Suplente FAMUP

Leonardo Leite Brasil Montenegro Titular CAGEPA	**Laudízio da Silva Diniz** Suplente CAGEPA
Wagner Antônio A. Breckenfeld Titular FIEP/SINDUSCON	**Raimundo Gilson Vieira Frade** Suplente FIEP/SINDUSCON
Mário Antônio Pereira Borba Titular FAEPA	**Domingo Lelis Filho** Suplente FAEPA
José Inácio de Morais Andrade Titular ASPLAN	**Pedro Jorge Coutinho Guerra** Suplente ASPLAN
Edmundo Coelho Barbosa Titular SINDALCOOL	**José Verçosa Júnior** Suplente SINDALCOOL
Laudelino de Araújo Pedrosa Filho Titular UFPB	**Valter Raglan Gonçalves Medeiros** Suplente UFPB
Janiro Costa Rego Titular UFCG	**José Dantas Neto** Suplente UFCG
José Etham de Lucena Barbosa Titular UEPB	**Beatriz Susana Ovruski de Ceballos** Suplente UEPB
Alain Marie Passerat de Silans Titular ABRH	**Maria Edelcides de Vasconcelos** Suplente ABRH
José Reinolds Cardoso Melo Titular ABES	**Jaqueline Pequeno da Silva** Suplente ABES
Ulysmar Curvelo Cavalcanti Titular CBH-PB	**Cláudio Brandão Costa** Suplente CBH-PB
Edielson Nunes dos Santos Titular CBH-LS	**Silene Lima Dourado Ximenes Santos** Suplente CBH-LS

Mirella Leôncio Motta e Costa Titular CBH-LN	**Francisco Xavier de Andrade** Suplente CBH-LN
Hermano Oliveira Rolim Titular CBH-PA	**Maria de Lourdes Santana dos S. e Araújo** Suplente CBH-PA